



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

JUCELANA MARTINS RIBEIRO

**A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA JULGAR
AÇÕES DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO**

Brasília
2007

Jucelana Martins Ribeiro

**A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA JULGAR
AÇÕES DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão do Curso de Pós-graduação Lato Sensu, na área de Direito Material e Processual do Trabalho

Orientador: Dr. Ricardo José Macedo de Britto Pereira

BRASÍLIA

2006

Jucelana Martins Ribeiro

A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA JULGAR AÇÕES DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão do Curso de Pós-graduação Lato
Sensu, na área de Direito Material e Processual do Trabalho
Orientador: Dr. Ricardo José Macedo de Brito Pereira

Brasília, __ de _____ de ____

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que me auxiliaram direta ou indiretamente, aos mestres, e especialmente a dedicação do Professor orientador Dr. Ricardo José de Brito Pereira, bem como familiares e amigos que sempre estiveram me incentivando para a conclusão de mais esta etapa de aprimoramento intelectual.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente a Deus que me proporcionou a oportunidade de estar galgando mais um passo nesta jornada de luta e sacrifícios, no intuito de bem desempenhar o papel ao qual me proponho e conforme os desígnios de sua magnânima vontade.

Agradeço aos amigos que sempre estiveram dispostos a contribuir para que este trabalho lograsse êxito e fosse concluído com a segurança de estar contribuindo de alguma forma para análise de questões jurídicas de suma importância para a sociedade brasileira, e em especial para os menos favorecidos.

Não poderia deixar de mencionar minha sincera gratidão ao Professor-Orientador Dr. Ricardo José de Britto Pereira, que esteve à frente para me orientar na confecção do presente trabalho.

Agradeço, por fim a equipe do UNICEUB que sempre esteve disposta a sanar as dúvidas porventura existentes, e prestar um trabalho a altura da instituição à qual fazem parte.

“de nada vale qualquer concepção epistemológica emancipatória se continuarem os Juízes a aplicar as leis do século passado com a cabeça do século passado. Ou pior, se continuarem a ler os novos instrumentos e valores trazidos pela nova ordem jurídica (a instaurada no Brasil com o advento da Constituição de 1988) sob o influxo da ordem anterior ou, ainda, insistirem em adaptar a Constituição ao espírito da legislação infraconstitucional”.

Paulo Ricardo Schier, apud Roland Hasson

RESUMO

Este trabalho versa sobre a importância da definição da competência da Justiça do Trabalho para julgar ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidente de trabalho. Trata-se de um direito constitucionalmente garantido ao trabalhador, inserido no rol dos chamados direitos sociais. Tendo em vista a magnitude do que está sendo protegido compara-se a sucessão das normas constitucionais desde 1946 até a emenda Constitucional nº 45/2004. Analisa-se a previsão da competência para julgar as ações supracitadas, dando especial enfoque ao posicionamento dos tribunais superiores quanto a essa matéria antes e depois da emenda de 2004, discutindo recentes acórdãos que denotam a evolução jurisprudencial. Nesse estudo também houve a preocupação em avaliar a importância do meio ambiente do trabalho. Avalia-se os motivos que fazem que esse local esteja sujeito a tantas intempéries que causam diminuição ou incapacidade laborativa do trabalhador. Questiona-se se o objetivo da existência do judiciário está sendo alcançada. Aborda-se a demora para implemento da prestação jurisdicional à população não prejudica o alcance do seu objetivo. Infere-se que a credibilidade do Poder Judiciário está sendo maculada devido a inexactidões existentes nas leis. Conclui-se, outrossim, que tais fatos prejudicam a celeridade e efetividade dos julgados. O texto baseia-se na doutrina de autores que retratam a evolução histórico-legislativa das Constituições Brasileiras desde 1946, no aspecto da distribuição da competência para julgar as ações indenizatórias decorrentes de acidente de trabalho. Também houve a preocupação em discorrer acerca dos possíveis desdobramentos que podem se originar de um acidente de trabalho. Enfatiza-se um dos argumentos utilizados pelos ministros do Supremo Tribunal Federal para confirmar o posicionamento no sentido de julgar que a Justiça comum deve ser competente para julgar as ações em comento. Questiona-se se esse “argumento chamado “unidade de convicção” é suficiente para abalizar a determinação da competência da Justiça comum.

Palavras-chave:

Competência. Justiça do Trabalho; Acidente de trabalho.

SUMMARY

This work points out the relevance of Labor Justice definition on its competence concerning judging reparation lawsuits due to material/moral damage caused by labor accident; and demonstrates in such a way that it is in fact a constitutional right granted to just about any worker who happens to fit in the so-called social rights universe; it also highlights the magnitude of what is being protected and as well compares the sequence of the constitutional norms from the period since 1946 up to Number 45/2004 Constitutional Amendment. A thorough study conducted on such a course of constitutional norms can be quite effective and helpful in previewing the competence in the verdict process involving such mentioned lawsuits and may also take an outstanding role as an important guidance tool in defining a better positioning of the Superior Courts before a relevant matter under appreciation connected to such periods before and after the 2004 Amendment. An overview of late sentences also reveals the jurisprudential evolution on that matter. Such a study has also led to another concern which is related to the evaluation on the importance of the labor environment since it is in such work conditions that a worker is often exposed to everyday problems that may cause a decrease of his/her labor capacity or even end up leading him/her to labor incapacity. The main aim of Labor Justice is to provide people with Jurisdictional assistance, nevertheless if such an aim happens to end up being frustrated for an existing lingering system, we may conclude that the credibility of the Judicial Power has been maculated by the evident inaccuracy in the laws and also that such a fact harms the celerity and effectiveness of judged matters. In order to reach such an urgent need, an inductive method through which books about the History of Brazilian Constitutions since 1946 are thoroughly analyzed, mostly in the aspect of the distribution of competence to judge reparation lawsuits caused by labor accident. Going through the possible unfolding outcome aspects that may be caused by a labor accident has been another concern. Such an issue has been mentioned as a topic used by the Federal Supreme Court Ministers to confirm the right positioning in understanding that Common Justice has to have the competence to judge the mentioned lawsuits due to the "Unit y of Conviction".

Key-words:

Labor justice; labor accident.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 CONCEITO LEGAL DE ACIDENTE DE TRABALHO.....	12
1.1 Abrangência do conceito de acidente de trabalho.....	12
2 PERSPECTIVA DE INTERPRETAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	14
2.1 A Constituição de 1988.....	18
2.2 Definição e análise da competência.....	20
2.3 A dimensão dos direitos sociais na Constituição de 1988.....	20
2.4 A questão acidentária.....	23
2.5 Proteção ao meio ambiente de trabalho.....	26
3 A IMPORTÂNCIA DO PROBLEMA.....	24
3.1 Tipos de ações decorrentes de acidente de trabalho.....	26
3.1.1 Responsabilidade civil.....	27
3.1.2 Ação trabalhista na qual se discute a estabilidade do trabalhador acidentado.....	28
3.1.3 Ação acidentária.....	29
3.1.4 Responsabilidade criminal.....	30
3.2 A Emenda Constitucional n. 45/2004.....	31
4 REPERCUSSÃO DO POSICIONAMENTO DO STF APÓS A EC 45/04.....	33
CONCLUSÃO.....	48
BIBLIOGRAFIA.....	53

INTRODUÇÃO

Para que o estudo da competência da Justiça do Trabalho para julgar ações decorrentes de acidente do trabalho seja eficaz torna-se necessário abordar o conceito legal de acidente de trabalho.

Observa-se que a legislação previdenciária traz o conceito do que é considerado acidente típico, os que são considerados como acidente de trabalho apenas para efeitos legais, bem como casos a ele equiparados.

A definição do termo “competência” tem um tópico específico, por ser de crucial importância para o desenvolvimento do trabalho.

Posteriormente, registra-se a abordagem histórico-social do tema nas constituições brasileiras de 1946 e 1964, levando-se em consideração as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional de 1969.

A Constituição Brasileira de 1988 será analisada em diversos aspectos, considerando a importância do tema infortunistica em nossa lei maior. A sua inclusão no capítulo que trata dos direitos sociais, releva que há a exigência de interferência do Estado para torná-los eficazes, ressaltando simultaneamente o fato de que foi nesse momento que surgiu o silêncio constitucional da divisão da competência para julgar as ações de indenização por danos materiais e/ou morais oriundos de acidente de trabalho, não existindo mais a ressalva das duas constituições anteriores nesse sentido.

A infortunistica não pode ser estudada fora do contexto da proteção ao meio ambiente de trabalho, pois é justamente esse o fator preponderante de onde resultarão os possíveis traumas que acarretarão os acidentes laborais. É necessário exigir do empregador a observância das normas de segurança do trabalho, não

esquecendo que o poder público e a sociedade não devem banalizar o cuidado com a saúde do trabalhador pelo mero pagamento do adicional de insalubridade.

O mesmo fato gerador do acidente do trabalho pode dar origem a ações jurídicas diferentes, dependendo das condições em que ocorreu. Pode surgir a necessidade de um ressarcimento puramente econômico por um prejuízo material; ou discutir o preenchimento do requisito para obtenção da estabilidade acidentária; ou o empregado pode pleitear o recebimento do benefício perante o Instituto Nacional do Seguro Social; ou ainda, em outras situações, se o empregador teve culpa na ocorrência do acidente que vitimou o empregado, esse pode pleitear a responsabilização criminal daquele.

A distribuição da competência é analisada depois do surgimento da Emenda Constitucional n. 45/2004, momento em que foi reaberta a discussão sobre esse tema no meio jurídico.

O posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal na primeira decisão proferida após a edição da supracitada emenda gerou conflitos no meio jurídico.

Posteriormente são citadas algumas decisões do Supremo Tribunal Federal, fazendo referências a pontos considerados importantes para firmar o entendimento da definição da competência da Justiça comum, como a história constitucional da Justiça do Trabalho e a unidade de convicção.

Após sinais de que a jurisprudência iria se firmar, um juiz trabalhista do estado de Minas Gerais enviou um artigo para os ministros do Supremo Tribunal Federal, para evidenciar a realidade da Justiça obreira dos dias atuais e desmistificar alguns pontos referentes a tais lides.

Com o intuito de rediscutir o tema o plenário da mais alta corte judiciária brasileira reuniu-se encontrando outra definição para os mesmos argumentos de outrora.

O presente trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: O primeiro capítulo contém o conceito legal de acidente de trabalho, bem como a sua abrangência. No segundo capítulo apresenta-se a perspectiva da interpretação histórico-social das constituições brasileiras de 1946/1988, com a definição da competência, a abordagem da questão acidentária, a influência do meio ambiente de trabalho nesse contexto, bem como a influência que a Emenda nº 45/2004 implementou nessa abordagem sócio-jurídica. No terceiro capítulo procura-se dar especial enfoque à importância do problema abstraindo os tipos de ações advindas de um acidente de trabalho. E, por fim, no quarto capítulo analisa-se a repercussão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal frente às alterações implementadas com a citada emenda constitucional.

1 CONCEITO LEGAL DE ACIDENTE DE TRABALHO:

Antes mesmo de ajuizar a ação perante a justiça o trabalhador deverá analisar se a situação fática enquadra-se entre as hipóteses previstas na legislação como acidente de trabalho.

Refere-se à condição “*sine qua non*” antes de adentrar no exame da competência ou qualquer outra indagação, se o fato está abrangido dentre as situações previstas na Lei 8.213/91. Vejamos o conceito legal previsto no artigo 19, *in verbis*:

Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do artigo 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Conforme se subtrai do texto outrora citado, o acidente de trabalho pode provocar não somente a morte do trabalhador, mas também uma lesão que ocasione diminuição em sua capacidade laborativa.

1.1 Abrangência do conceito de acidente de trabalho

Além da situação descrita no artigo 19 supracitado, a lei considera acidente de trabalho as doenças produzidas ou desencadeadas pelo exercício da atividade laborativa, vejamos, *in literi*:

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

E, por fim, a Lei 8.213/91 prevê as situações que se equiparam a acidente de trabalho, chamadas de causas indiretas, as quais estão previstas no artigo 21¹.

¹ Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão;
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;

IV - o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por estar dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado. (Lei 8.213/91)

2 PERSPECTIVA DE INTERPRETAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS:

O estudo da competência para julgar as ações oriundas de acidente de trabalho recomenda uma breve análise histórica de algumas Constituições brasileiras, mesmo aquelas que não estão mais em vigor, somente a título de comparação para compreendermos a evolução desse instituto ao longo do tempo.

Os textos constitucionais da República Federativa do Brasil têm como característica marcante serem alterados constantemente, o que gera muitas críticas e dificuldades interpretativas, principalmente daqueles juristas mais tradicionalistas.

Vejamos o comentário de Walter Costa Porto, organizador da Coleção História Constitucional Brasileira, acerca desse assunto:

Em um de seus livros, Afonso Arinos aludiu à estabilidade secular, embora evolutiva, das constituições inglesa, costumeira, e americana, escrita, “em contraste com a instabilidade dialética, isto é, feita de avanços revolucionários”, das constituições dos países latinos – França, Itália, Espanha, Portugal, Brasil. Segundo ele, as constituições saxônicas aderem, “por um esforço pertinaz e constante, de interpretação e aplicação, às mutações econômicas e sociais trazidas pelo tempo. Não tendem a estabelecer princípios, mas a resolver problemas.”

Já as constituições latinas “procuram mais a gênese dos princípios genéricos do que a sua justaposição a situações concretas. Quando os problemas modificam, prefere-se adotar, revolucionariamente, um princípio novo, em vez de adaptar, interpretativamente, uma disposição antiga. (CASTRO, 2003, p. VII)

A Constituição de 1946 inovou em relação às anteriores em vários pontos, sendo que, em primeiro lugar, podemos citar a diferenciação entre o seguro social, a cargo do Estado, e o seguro acidentário, sob responsabilidade do empregador, conforme se pode observar no artigo 157, *in verbis*:

Art. 157 - A legislação do trabalho e da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria de condição dos trabalhadores:

(...)

XVI – previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as conseqüências da doença, da velhice, da invalidez e da morte;

XVII – obrigatoriedade da instituição do seguro pelo empregador contra os acidentes do trabalho.

Numa perspectiva histórico-social das Constituições brasileiras nos interessa particularmente o ponto inovador que trata da primeira previsão de competência para julgar as ações oriundas de acidente de trabalho, que ficou a cargo da Justiça Ordinária, conforme se pode observar no texto abaixo transcrito, *in verbis*:

Art. 123 – Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais entre empregados e empregadores, e, as demais controvérsias oriundas de relações de trabalho regidas por legislação especial.

§ 1º - Os dissídios relativos a acidentes do trabalho são da competência da Justiça ordinária. (grifo nosso)

Em 24 de janeiro de 1967 foi “semi-promulgada” uma nova Constituição na república brasileira, porém no que tange ao aspecto acidentário não houve mudança em relação à Constituição de 1946, pois manteve a competência da Justiça Ordinária para julgar as ações oriundas de acidente de trabalho. Vejamos uma citação:

Art. 134 – Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores e as demais controvérsias oriundas de relações de trabalho regidas por lei especial.

§ 1º - A lei especificará as hipóteses em que as decisões nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho.

§ 2º - Os dissídios relativos a acidentes do trabalho são da competência da Justiça ordinária. (grifo nosso)

Nesse texto constitucional havia, ainda, a previsão da competência da Justiça Federal, nos seguintes moldes:

Art. 119 – Aos Juízes Federais compete processar e julgar, em primeira instância:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto, as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral, à Militar ou a do Trabalho, conforme determinação legal;

Importante salientar neste ponto, que essa Constituição não alterou a previsão que já continha na anterior, na qual o custeio do infortúnio trabalhista ficava inteiramente a cargo do empregador, não havendo ainda a previsão da tríplice contribuição conforme os moldes atuais.

Nessa retrospectiva histórica não poderia deixar de citar, mesmo que brevemente, a celeuma criada com a Emenda Constitucional nº 1/69 que, segundo alguns autores, teria revogado a Constituição de 1967 e para outros não; sendo que para tal mister houve a preocupação de deixar claro no preâmbulo que a “maior parte da Constituição ficava mantida”.

No que diz respeito às previsões acerca de acidentes de trabalho houve alteração acerca do sistema de custeio da previdência social. Anteriormente era mediante contribuição exclusiva do empregador, a partir daqui passou a ser responsabilidade conjunta do empregador, bem como do empregado e da União, o que se convencionou chamar de seguro social.

Vejamos um trecho do artigo, *in verbis*:

Art. 165. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XVI – previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprego, seguro contra acidentes de trabalho e proteção da maternidade, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado.

Entre as alterações introduzidas na Carta Constitucional merece destaque a redação do parágrafo segundo do artigo 142, reformulada pela emenda constitucional n. 7, de 13/04/1977, *in verbis*:

Art. 142 – Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores e, mediante lei, outras controvérsias oriundas de relação de trabalho.

(...)

§ 2º - Os litígios relativos a acidentes de trabalho são da competência da justiça ordinária dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, salvo exceções estabelecidas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional. (grifo nosso)

A Emenda Constitucional nº 1 de 1969 manteve a mesma redação da anterior no que se refere à previsão da forma de custeio da previdência social; merecendo destaque o comentário do autor Fernandes no que concerne ao tema da competência para julgar as ações acidentárias:

A mesma Carta previa para as ações acidentárias a competência da Justiça Comum advinda do período em que o “seguro de acidente do trabalho” era operado por companhias de seguro privado. E não mais se justificaria, para muitos, quando passou a monopólio da previdência social, isto é, desde 1967. A competência para sua apreciação deveria ser, para estes, da Justiça Federal, tal como ocorre nos processos de benefícios, versando sobre previdenciários. (FERNANDES, 2003, p. 95).

2.1 A Constituição de 1988

Antes de iniciarmos o estudo acerca da distribuição da competência para julgar ações oriundas de acidente de trabalho estabelecida na Constituição Federal de 1988, torna-se imprescindível uma breve abordagem da definição do termo competência, para adentrarmos na conseqüente interpretação jurídica a que se pode chegar e do que foi a praxe dos tribunais no que tange a esse aspecto nos últimos

anos, bem como os acertos e desacertos daí advindos do ponto de vista da sucessão das normas explicitamente consignadas nos textos legais.

2.2 Definição e análise da competência

Esse aspecto, apesar de considerado como superado pela maioria dos juristas devido à simplicidade da determinação de significado do termo “competência”, no entanto, analisando a prática jurídica empreendida nos últimos anos, percebe-se que é justamente esse assunto, aparentemente solucionado que traz à baila grandes discussões de conflitos de competências.

Partindo dessa premissa, obviamente, não se poderia deixar de citar a definição do termo competência, vejamos:

Competência: Alcance da jurisdição de um magistrado. É o âmbito de seu poder de dizer o direito. Por isso, um juiz competente para causas trabalhistas poderá não ser competente para questões penais, não porque ele não conheça direito penal, mas porque a própria lei estabelece que o juiz não pode invadir a competência, o raio de ação de outro. (ACQUAVIVA, 1993, p. 304).

Em decorrência do número crescente de demandas e de especificidades tornou-se necessário dividir a jurisdição formando juízos especializados de acordo com vários critérios estabelecidos por meio da legislação.

Percebe-se, outrossim, conflitos de competência decorrentes da interpretação da legislação vigente, uma vez que essa estabelece as formas de divisão da jurisdição entre os diversos tribunais.

Os equívocos são interpretados, às vezes, por visões ultrapassadas de previsões legais que não estão mais em vigor, mas que continuam impregnadas em

alguns reportando a esses fatos como notórios embasamentos em suas decisões, esquecendo-se que a ausência de uma previsão antes existente, sinaliza uma possível modificação.

O tradicionalismo no campo jurídico requer uma reflexão apurada para não esvaziarmos os avanços que a ciência jurídica necessita, a fim de que a prestação jurisdicional seja oferecida, conforme as mutações que a sociedade naturalmente está suscetível, mesmo que a legislação não tenha acompanhado esse processo evolutivo.

A delimitação da competência não é um recurso do acaso, muito pelo contrário, é feito a partir de uma análise da real necessidade do conjunto formador da cultura de um povo em dado momento. Portanto, a divisão existente hoje pode não ser adequada para a população brasileira daqui uns dez anos, por exemplo.

Devido à pertinência do assunto, vejamos a posição do autor Hasson:

Cristalizou-se, assim, na doutrina e na jurisprudência o entendimento unânime de que a competência para a análise das questões acidentárias pertencia à Justiça Comum (não à do Trabalho), independentemente das pessoas nela envolvidas e da natureza do litígio. Essa concepção perdurou por longos anos. Com o decorrer do tempo, porém, muitos foram aqueles que passaram a sustentar a idéia de que, ao contrário do previsto no texto constitucional, o correto seria conferir competência à Justiça do Trabalho para análise das demandas acidentárias envolvendo a pessoa do empregador, eis que o litígio decorria da relação de emprego.(HASSON, 2005, p. 100).

A Constituição brasileira em análise, de acordo com Hasson (2005, p. 101), suprimiu o artigo que previa a exclusão da competência da Justiça do Trabalho das ações acidentárias; sendo que ficaria assim dividida: quando o sujeito passivo da lide for o órgão previdenciário será competente a Justiça Comum e quando o sujeito passivo for o empregador será da competência da Justiça do Trabalho.

O critério utilizado para definir a competência dessa justiça especializada foi o material, ou seja, dissídios envolvendo questões que se originaram do pacto laboral, mesmo que no decorrer do litígio torne-se necessário utilizar o direito comum; pois o ponto crucial não é o direito a ser utilizado mas a controvérsia a ser resolvida.

O autor Hasson (2005, p. 104) explana com grande propriedade quando elucida o fato de que muitos confundem a “competência material” com “direito material”; não se deve esquecer essa diferença aparentemente simples, mas que proporciona tanta confusão, tendo como consequência a demora na prestação jurisdicional, envolvendo questão totalmente superada.

2.3 A dimensão dos direitos sociais na Constituição de 1988

A Constituição Federal trata dos riscos inerentes às atividades de trabalho no capítulo dos direitos sociais, e devido a sua importância ultrapassa os interesses individuais para abranger os direitos da coletividade, sendo considerados fundamentais, o que não poderia ser diferente devido à magnitude da esfera protegida.

Esses direitos essencialmente humanos, desenvolvidos ao longo da história por meio de muitas lutas, foram-se tornando o centro das atenções de parlamentares interessados em amear votos e com isso a insofismável garantia foi sendo conquistada pelos trabalhadores, sendo que, hoje, tais direitos são inalienáveis, intransferíveis, inegociáveis e indisponíveis.

A autora Dalva Amélia de Oliveira explanou acerca da inclusão dos direitos do trabalho como direitos sociais com grande propriedade através de uma análise histórico-evolutiva fazendo citações de Norberto Bobbio, nas quais ressaltou que esse desenvolvimento pode ser considerado uma sinalização de evolução moral da sociedade, além de outros aspectos de igual importância, vejamos uma citação:

Assevera o renomado jurista italiano em sua instigante obra “Direita e Esquerda” que “uma das conquistas mais clamorosas, embora já comece a ser contestada, dos movimentos socialistas que se identificam ao menos até agora com a esquerda, é o reconhecimento dos direitos sociais ao lado dos direitos da liberdade. Trata-se de novos direitos que começaram a ser incorporados às Constituições, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial e foram consagrados pela Declaração Universal dos Direitos do homem e por outras Cartas Internacionais sucessivas. A razão de ser de direitos sociais, como o direito à educação, o direito ao trabalho, o direito à saúde, é uma razão igualitária.(OLIVEIRA, 2004, p. 20).

A autora supracitada defende que o objetivo de elevar tais direitos à categoria de fundamentais está assentado no fato indiscutível de que a “dignidade da pessoa humana” está na valorização e proteção ao trabalho, meio de sobrevivência e amparo da sociedade.

Percebemos desse modo uma linha demarcatória muito frágil que separa a humanidade de outrora que ainda não sabia o real valor do trabalho, para uma população globalizada que percebe que a sua sobrevivência depende dessa valorização não só monetária, mas sobretudo do ser humano que produz as riquezas que diferenciam umas nações de outras; fadadas ao fracasso quando não souberem respeitar essa mão-de-obra, e nesse momento surge a necessidade da interferência ativa do Estado no intuito de realizar a justiça.

A atitude que se espera do Estado não é somente punitiva, mas acima de tudo o cuidado na elaboração de legislações que valorizem o trabalho humano como imprescindível e atitudes outras que lhe dizem respeito através de governantes

comprometidos em fazer cumprir a ordem constitucional da República Federativa do Brasil.

Existe, na atualidade, uma certa desilusão observando-se que a concretização desses valores sociais não correspondem à magnitude da previsão legal:

Com efeito, é vasto o catálogo de direitos sociais contemplados nas modernas Constituições, a exemplo da brasileira, não obstante a profunda desilusão vivenciada pelos países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, evidenciando que os sistemas ideológicos nem sempre se mostram infalíveis e que tampouco o sistema jurídico é garante do desenvolvimento socioeconômico. (OLIVEIRA, 2004, p. 45).

Esses direitos de significativa importância para o conjunto da sociedade sofreram um processo paulatino de desenvolvimento sendo chamados de “segunda geração”; tais conquistas passaram por processos penosos, que segundo Dalva Amélia de Oliveira (2004, p. 26), não foram normatizados suficientemente nos primeiros tempos devido à exigibilidade de ações governamentais que necessitam de recursos financeiros, nem sempre “existentes”.

Argumenta, ainda, a autora que para concretização desses direitos exige-se do Estado uma prestação positiva e não a simples inércia, sendo que tais direitos têm aplicação imediata, tal como conferidos aos demais direitos fundamentais.

Mesmo que existam opiniões contrárias, como por exemplo da autora outrora citada (2004, p. 52), que afirmem que os direitos contidos no artigo 7º da Constituição não deveriam estar inseridos no título referente aos princípios fundamentais, acreditamos de extrema importância essa garantia para torná-la eficaz e não apenas uma previsão inócua.

Sabemos, outrossim, da existência de variados direitos apenas no plano jurídico sem que a efetividade seja real, fato que parece ter sido contornado no que tange aos direitos sociais.

2.4 A Questão Acidentária

Os infortúnios advindos da prática laboral, conforme analisado anteriormente, estão presentes na legislação brasileira há muito tempo, sofrendo mutações quanto à previsão de custeio e a forma possível de reparação financeira em casos de morte ou de incapacidade para o trabalho.

Vejamos a previsão contida no artigo 7º, da CF, *in verbis*:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

(...)

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

No que se refere à competência a Constituição, atualmente em vigor, não trouxe grandes alterações para o mundo jurídico no que se refere a esse assunto, no entanto, suprimiu a previsão de qual tribunal seria o competente para julgar tais ações, fato que gerou uma série de divergências não somente no meio doutrinário, mas até mesmo na jurisprudência advinda dos tribunais superiores.

2.5 Proteção ao meio ambiente de trabalho

O ambiente de trabalho influencia não somente a qualidade de vida, mas também a saúde; isso decorre principalmente porque passa a maior parte do tempo nesse “local” que lhe proporciona o sustento, sendo conseqüentemente indispensável avaliar a que condições ele está sujeito.

Analisando esse quadro e observando as condições adversas, a proteção jurídica do trabalhador deve acompanhar a evolução social que passa a humanidade. Com base nesse aspecto a Constituição Federal de 1988, nos traz a seguinte previsão, *in verbis*:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:
(...)
VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Percebe-se no texto acima transcrito a preocupação do legislador em preservar a saúde do trabalhador e isso pode ser observado por meio de variados instrumentos objetivando a diminuição dos riscos inerentes ao local de trabalho. Um exemplo significativo é o estabelecimento dos adicionais de insalubridade, porém, no entendimento do autor Oliveira (2002, p. 141/143), essa solução não é correto pois não se justifica a venda da saúde do trabalhador (vem recebendo o nome de adicional do suicídio ou da morte) e o que deveria acontecer seria a redução ou eliminação dos riscos, mesmo que isso não seja financeiramente adequado para o empresário.

O autor supracitado faz um comentário pertinente acerca desse tema:

A empresa tem o dever de cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho. Com o propósito de clarear tais obrigações, a norma jurídica estabelece critérios técnicos para as edificações; iluminação; conforto térmico; instalações elétricas; movimentação, armazenagem e manuseio de materiais; máquinas e equipamentos; caldeiras, fornos e recipientes sob pressão, bem como a prevenção da fadiga." (OLIVEIRA;. 2002. 130).

Depreende-se, outrossim, do quadro assinalado, que o trabalhador está exposto a agentes físicos prejudiciais, porém esse aspecto não é único, pois na atual civilização com o aumento constante dos trabalhos intelectuais de alto grau de concentração. Esses trabalhos trazem grande carga de cansaço mental gerando a fadiga e doenças pouco estudadas devido à contemporaneidade de seu surgimento e desprezadas, tanto por empregados como por empregadores, sem avaliarem as conseqüências futuras de tais episódios.

3 A IMPORTÂNCIA DO PROBLEMA

A infortunistica é um grave problema que assola todos os países devido ao número crescente de acidentes, a quantidade de mortos e mutilados, as crianças que perdem os pais em tenra idade, além de outras tantas conseqüências fazem-nos verificar que esse assunto tem uma relevância social maior do que imaginamos.

De acordo com o autor Oliveira (2002, p. 210), o número de acidentes no Brasil diminuiu, conforme os dados estatísticos. No entanto, argumenta que esses dados possivelmente não refletem a realidade, pois o número de mortes continua no mesmo patamar o que se pode concluir que nem todos os acidentes são notificados.

3.1 Tipos de ações decorrentes de acidente de trabalho

De acordo com Oliveira (2005, p. 66), a maioria das pessoas desconhece que quando são vitimadas por um acidente de trabalho, dependendo das circunstâncias, podem fazer jus a outras verbas; isso acontece porque há uma idéia “errônea” de que o único benefício possível em tais casos é aquele concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Analisando-se os fatos geradores do evento outros desdobramentos jurídicos poderão surgir, sobre os quais faremos uma breve abordagem.

3.1.1 Responsabilidade Civil:

Existem situações que surgem durante o período do pacto laboral que tem como consequência um dano ou prejuízo ao trabalhador, e por óbvio, deve ser ressarcido financeiramente pelo patrão, verdadeiro responsável pelos possíveis riscos advindos da atividade.

O fato a ser analisado para averiguar e justificar o pagamento da indenização será a existência do nexo de causalidade entre o evento danoso e o contrato de trabalho desempenhado.

Portanto, para fazer jus à indenização o empregado deverá comprovar a existência de três fatores, quais sejam: o dano por ele suportado, a culpa do empregador e o nexo causal entre o evento danoso e o ato culposos.

Comprovada a existência dos fatores ensejadores da responsabilização há que se analisar se o dano a ser reparado é de ordem patrimonial ou moral.

Se o evento danoso resultou em deformidade física ao trabalhador causando-lhe sofrimentos, ou mesmo se o dano for de ordem estética, trata-se de indenização concernente a danos morais.

Por outro lado, se devido ao fato ocorrido houve diminuição da capacidade laborativa do trabalhador trata-se, outrossim, de indenização devida por dano material, devendo ser reparado por meio de uma indenização para restabelecer o equilíbrio perdido.

Tais indenizações podem ser cumuláveis desde que oriundas do mesmo fato causador, conforme previsão contida na Súmula n. 37 do Superior Tribunal de Justiça.

Outro fator de somenos importância encontra-se elencado dentre as previsões de responsabilização civil do empregador diante do evento danoso que não exclui a possibilidade da ação acidentária, sendo possível a cumulação com a indenização, a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social.

3.1.2 Ação Trabalhista na qual se discute a estabilidade do trabalhador acidentado

Outra situação de grande importância refere-se ao empregado acometido por um acidente de trabalho e que sofre daí complicações de várias ordens, como por exemplo, a diminuição da sua destreza para realizar as atividades laborativas. Esse fato enseja a insatisfação do empregador gerando uma possível dispensa. No entanto, o legislador sensibilizado por essa situação fática, houve por bem, acrescentar ao ordenamento jurídico pátrio a previsão da estabilidade provisória, *in verbis*:

Art. 118. O segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente. (Lei 8.213/91)

Dos vários requisitos exigidos para a garantia da estabilidade provisória acidentária está o fato de que o empregado esteja ou esteve afastado do trabalho em decorrência da incapacidade, pelo prazo de no mínimo quinze dias, fazendo jus a tal benefício a partir do décimo sexto dia, pois nesse período o contrato de trabalho fica suspenso. Conseqüentemente após o retorno do trabalhador às suas

atividades normais na empresa que trabalhava, terá estabilidade pelo prazo de doze meses.

3.1.3 Ação acidentária

Trata-se de ação na qual o empregado pode pleitear junto ao Instituto Nacional do Seguro Social os benefícios advindos da ocorrência de um acidente de trabalho, podendo ser o auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte ou o abono anual.

A legislação previdenciária traz a seguinte previsão, *in verbis*:

Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente de trabalho, expressas em benefícios e serviços:

I – quanto ao segurado:

a) aposentadoria por invalidez;

(...)

e) auxílio-doença;

(...)

II – quanto ao dependente:

a) pensão por morte;

(...)

A distinção desta ação em relação às demais está no fato de o sujeito passivo da lide tratar-se de uma autarquia federal, no caso, o Instituto Nacional do Seguro Social. A responsabilidade do órgão também diverge das demais lides pois se configura independente de culpa. Importante frisar, neste ponto, que a situação fática objeto da discussão refere-se a uma relação de trabalho, mesmo que entre os sujeitos envolvidos na lide não esteja o empregador.

3.1.4 Responsabilidade Criminal:

A responsabilidade criminal do empregador deve ser comprovada, pois se trata de responsabilidade subjetiva, no entanto, pouco importa se houve intenção em atingir tal resultado. Para configurar esse crime basta a comprovação da prática de atos que denotem imprudência, negligência ou imperícia, podendo decorrer tanto de atos comissivos quanto omissivos.

Essa conduta está prevista no Código Penal Brasileiro:

Artigo 132 – Expor a vida de outrem a perigo direto e iminente:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais.

De acordo com o autor Delmanto (1991, p. 227) esse artigo visa proteger, principalmente, o trabalhador que está sujeito a acidentes em decorrência de empregadores que não tem o cuidado necessário no transporte de seus funcionários.

Vejamos uma parte desse comentário:

...Parece-nos, por exemplo, que ele seria de grande valia na repressão ao transporte de “bóias-frias” em caminhões desprovidos de segurança, matando e ferindo centenas deles todos os anos. Ou, mais recentemente, para coibir, nos postos de gasolina que usam metanol, a falta de fornecimento de equipamentos de segurança aos frentistas ou de fiscalização de seu uso. (DELMANTO, 1991, p. 132)

O descumprimento das normas de segurança, higiene e segurança do trabalho por parte do empregador configura contravenção penal nos termos da Lei 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Vejamos a previsão, *in verbis*:

Art. 19. (...)

§ 2º - Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho. (Lei 8.213, de 24 de julho de 1991)

De acordo com Cabral Júnior (2003, p. 104), mesmo que o empregador forneça os equipamentos necessários para a proteção dos trabalhadores na prevenção de acidentes, os chamados EPIs, se deixar de fiscalizar se estão sendo efetivamente utilizados e ocorrer acidente por esta razão, o empregador será responsabilizado pelo evento danoso; podendo ocorrer simples circunstância atenuante, caso seja comprovado que houve culpa concorrente. Se ficar evidentemente comprovado que a culpa pelo evento danoso foi exclusivamente do empregado, o empregador não será responsabilizado.

3.2 A Emenda Constitucional n. 45/2004

Com a nova redação do artigo 114 da Constituição Federal introduzida pela emenda n. 45/2004, a celeuma a respeito da competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações oriundas de acidente do trabalho voltou à tona.

Partiremos da citação, *in literi*, para depois passarmos à análise do mesmo:

Art. 114 – Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

(...)

VI – Ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrente da relação de trabalho;

(...)

Apesar da existência de entendimentos no sentido de que se as ações por dano moral decorrentes de acidente de trabalho fazem parte da competência material da Justiça do Trabalho, por óbvio as ações de indenização fundadas no mesmo fato deveriam ser da competência dessa; no entanto, o entendimento prevalente no Supremo Tribunal, em princípio, foi em sentido contrário, portanto, baseado na previsão contida no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal; como vinha sendo adotado desde a promulgação da Carta Magna em vigor desde 1988.

Vejamos um comentário acerca desse ponto em particular:

A Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.04, não alterou a redação do art. 109, inciso I, da Constituição Federal, sendo que, com base nele, todas as decisões do Supremo Tribunal Federal conferem à Justiça Comum competência para apreciar as ações fundadas em indenização por dano moral decorrentes de acidente de trabalho. O raciocínio para o referido entendimento está no fato de que tanto a União como os Estados são responsáveis pelo controle e prevenção dos acidentes do trabalho e das doenças profissionais, daí pô que a matéria ficou na esfera da competência da Justiça Comum, Federal e Estadual.” (FERRARI, Emenda Constitucional n. 45 – Competência – dano moral decorrente de acidente de trabalho ou a ele equiparado – Justiça Comum ou Justiça do Trabalho. volume 69, n. 02, fevereiro de 2005. pp. 139/147.

4 REPERCUSSÃO DO POSICIONAMENTO DO STF APÓS A EC 45/2004

O primeiro posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da competência para julgamento das ações de indenização por dano moral ou patrimonial movidos em face do empregador após a Emenda Constitucional n. 45/2004 foi no sentido de que permanecia a competência da Justiça Comum, tendo como fundamento a necessidade de se evitar decisões conflitantes, caso fossem julgados por órgão distintos.

A revista LTR do mês de março de 2005 trouxe o seguinte resumo da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no recurso extraordinário n. 438.639-9 – Minas Gerais, em 09/03/2005:

A primeira questão refere-se à decisão debatida e proferida por 7 votos a favor e 2 contra no tocante à competência da Justiça Comum para julgar ações de dano moral decorrentes de acidentes do trabalho, sob vários argumentos, sobretudo o de aplicação do princípio da “unidade de convicção” que, segundo foi enfatizado no voto vencedor, “constitui razão última de todas as causas de fixação e prorrogação de competência, em reunião de processos para desenvolvimento e julgamento conjuntos ou pelo mesmo juízo”.

A conclusão do voto do Ministro Cezar Peluso, acompanhado por mais 7(sete) Ministros, com fulcro, inclusive, em precedentes do STF, foi no sentido de que “assiste ao poder Judiciário do Estado-membro, e não à Justiça do Trabalho, a competência para processar e julgar as causas acidentárias, ainda que tenham sido instauradas contra o empregador, com fundamento no Direito Comum, tal como sucede na espécie ora em exame. (Revista LTR. Duas decisões do Supremo Tribunal Federal sobre competência, março de 2005, volume 69. p. 261- Editorial)

De acordo com o autor Melhado (2005, p. 335), o argumento da unidade de convicção abordado na decisão supracitada com o objetivo de evitar decisões conflitantes nos diversos desdobramentos de ações possíveis, tratando-se de

questões acidentárias, não condiz com o que deve prevalecer na práxis jurídica. O direito a ser utilizado para abalizar tais decisões deve ser buscado nos princípios protetores dos hipossuficientes, encontráveis no direito do trabalho e não no previdenciário, sendo esse um argumento mais do que suficiente para justificar a competência da Justiça Laboral.

Conforme entendimento do autor Fonseca (2005, p. 672), o motivo elencado para retirar da competência da Justiça do Trabalho as ações que versam sobre a indenização de danos morais, dizendo que o direito a ser aplicado encontra-se no Código Civil não tem sustentação suficiente, pois em diversas situações o juiz do trabalho encontra-se diante de conflitos nos quais deve utilizar não somente o direito do trabalho, o que está expressamente previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

Diante da decisão considerada surpreendente pelo autor, ele fez o seguinte comentário:

Ante o quadro, supunha-se – ou ao menos essa era nossa percepção pessoal – que a nova redação do art. 114, VI, da Carta Magna, tivesse aparado toda divergência jurídica acerca da competência material para ações de indenização por danos morais em virtude da relação de trabalho. Surpreendentemente, porém, reacendeu-se a discussão, justamente quanto ao aspecto anteriormente mais controverso da questão: a competência material para julgamento das ações indenizatórias decorrentes de acidente de trabalho. (FONSECA, 2005. p. 673)

Outra consideração de grande importância para análise dessa discussão encontra-se no fato de que o artigo 114 da atual Constituição não fez a ressalva de exclusão de competência, existente anteriormente; e outro aspecto significativo que o autor Fonseca (2005, p. 673) trouxe à baila foi que as indenizações provenientes de acidente de trabalho estão inseridas nos direitos trabalhistas previstos no artigo 7º, inciso XXVIII, da Constituição Federal.

Continuando o mesmo raciocínio o autor afirmou que os acidentes do trabalho ocorrem por descuido do empregador quanto às normas de segurança, higiene e saúde dos trabalhadores, sendo que, não há controvérsia de que as lides envolvendo tais pedidos são da competência da Justiça do Trabalho.

Quanto ao argumento da unidade de convicção, explanou no sentido de que para proferir uma decisão acerca das ações tipicamente acidentárias o direito a ser aplicado está inserido nas normas previdenciárias, a contrário senso das ações indenizatórias envolvendo acidente de trabalho o juiz deverá analisar dispositivos trabalhistas, tendo em vista o nexo causal entre o dano e o ambiente em que esse ocorreu.

A análise da distribuição da competência em casos de acidente de trabalho após a publicação da Emenda Constitucional foi mantida pelo Supremo Tribunal Federal, com exceção de alguns ministros que opinaram em sentido diverso, sendo que, posteriormente foi reexaminado pelo plenário com alteração do entendimento.

Na decisão proferida no recurso extraordinário 394.943-8, pela primeira turma do Supremo Tribunal Federal sob a presidência do Ministro Sepúlveda Pertence, em primeiro de fevereiro de dois mil e seis, o entendimento foi no sentido de que a competência para julgar as ações de indenização de acidente de trabalho era da Justiça Comum, porém já se percebe o surgimento de opiniões divergentes.

Vejamos a ementa dessa decisão:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL. DANO MORAL E MATERIAL DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. COMPETÊNCIA.

1. É competente a Justiça Comum estadual para o julgamento das causas relativas à indenização por acidente de trabalho, bem assim para as hipóteses de dano material e moral que tenham como origem esse fato jurídico, tendo em vista o disposto no artigo 109, I, da Constituição do Brasil.

2. A nova redação dada ao artigo 114 pela EC 45/2004 não teve a virtude de deslocar para a Justiça do Trabalho a competência para o exame da matéria, pois expressamente refere-se o dispositivo constitucional a dano moral ou patrimonial decorrentes de relação de trabalho. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido, mantida a competência da Justiça Comum para o exame da lide. (RE 394.943-8 STF, DJ 13/05/2005, pp 00019)

O Ministro Carlos Ayres de Britto, relator do recurso extraordinário em análise, proferiu voto afirmando que não estava mais tão convencido quanto ao posicionamento anteriormente adotado, submetendo as suas reflexões aos demais integrantes da turma.

A primeira consideração feita pelo Ministro refere-se ao fato de que o caso sujeito à análise do recurso enquadra-se em duas previsões contidas nos artigos 109 e 114 da Constituição Federal. Colocando esses dispositivos em confronto concluiu pela mudança de seu entendimento dizendo que as causas mencionadas no inciso I do artigo 109 da Constituição Federal são aquelas movidas contra o Instituto Nacional do Seguro Social, autarquia federal, quanto a questões afetas ao benefício previdenciário, critério definido pela competência residual.

Afirmou que o caso de indenização de danos morais decorrentes de acidente de trabalho constitui hipótese diferente da anterior pois os litigantes são o empregado e o empregador ao contrário do anterior em que um dos interessados é uma autarquia, sendo que nessa situação vislumbra-se o interesse da União a ensejar a definição da competência de forma residual.

O Ministro alegou, também, que o acidente de trabalho decorre em função de uma relação empregatícia existente entre as partes, sem a qual não daria vazão àquele e, em sendo assim, nada mais lógico que fatos ocorridos em

decorrência da atitude do empregador, devam ser analisados pelo Juiz especializado.

Para corroborar a sua posição citou a súmula 736 do Supremo Tribunal Federal:

Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

Outra consideração importante foi no sentido de que as normas relativas ao Direito Constitucional do Trabalho devem ser interpretadas de forma ampliativa. Quando se analisa retirando situações afetas, indiscutivelmente, à relação de trabalho a interpretação que se faz é restritiva e se não bastasse essa reflexão ainda levantou a polêmica da prevalência da exceção em detrimento da regra geral. Concluiu que a definição da competência material da Justiça do Trabalho está inserida na regra e conseqüentemente deve ser interpretada adequadamente.

E, se não bastasse fez analogia com a legislação previdenciária dizendo que essa “faz a equiparação das doenças profissionais ou do trabalho (que decorrem, ninguém duvida, da relação laboral) ao acidente do trabalho”.

O Ministro não deixou de citar a tendência observada pela análise da história constitucional da Justiça do Trabalho, no sentido de ampliar a sua competência, evidenciando a promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004, o que reforça o seu posicionamento.

Mencionou que os direitos trabalhistas não foram inseridos na Constituição Federal (artigo 7º) ao acaso, mas tendo como objetivo proteger o trabalhador por ser a parte hipossuficiente necessitando de uma justiça

especializada. Ressaltou que a Justiça do Trabalho está em condições mais favoráveis para fornecer a prestação jurisdicional, pois “aquele que julga os fatos atinentes à relação obreira (muitas vezes a própria existência dela) possui naturalmente maior aptidão para apreciar os aspectos objetivos e subjetivos que digam respeito ao fato, bem como ao comportamento do empregado e do seu empregador”.

O Ministro Eros Grau manteve o seu posicionamento anterior negando provimento ao recurso extraordinário, sob o argumento de que a Emenda Constitucional n. 45/2004 não modificou a divisão da competência, pois a previsão refere-se a dano moral ou patrimonial decorrente de acidente de trabalho e o caso em análise referia-se a acidente de trabalho, concluindo que são “fatos jurídicos distintos”.

O Ministro Marco Aurélio, manifestou o seu entendimento no sentido de que a previsão de competência da Justiça comum para julgar ações relativas a acidente de trabalho refere-se, na verdade, a exceção, justificada pois uma das partes da lide é uma autarquia; porém, as ações de mesma índole em que os envolvidos são o empregado e o empregador, em que se discute a culpa desse, não há razão que justifique que a competência definida seja da Justiça comum.

Na decisão do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 441.038-9, proferida pela segunda turma do Supremo Tribunal Federal, no dia vinte e dois de março de dois mil e cinco, foi negado provimento ao recurso, por unanimidade de votos, declarando a competência da Justiça comum dos Estados-membros e do Distrito Federal para julgar as ações de indenização por danos materiais e/ou morais resultantes de acidente de trabalho.

Vejamos a ementa desse recurso:

ACIDENTE DO TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E/OU MORAIS – AÇÃO AJUIZADA EM FACE DO EMPREGADOR, COM FUNDAMENTO NO DIREITO COMUM – MATÉRIA QUE, NÃO OBSTANTE A SUPERVENIÊNCIA DA EC 45/2004, AINDA PERMANECE NA ESFERA DE COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO LOCAL, IMPROVIDO.

- Compete à Justiça dos Estados-membros e do Distrito Federal, e não à Justiça do Trabalho, o julgamento das ações de indenização por danos materiais e/ou morais resultantes de acidente do trabalho, ainda que fundadas no direito comum e ajuizadas em face do empregador.

- Não obstante a superveniência da EC 45/2004, subsiste íntegra, na esfera de competência material do Poder Judiciário local, a atribuição para processar e julgar as causas acidentárias, qualquer que seja a condição ostentada pela parte passiva (INSS ou empregador), mesmo que a pretensão jurídica nelas deduzida encontre fundamento no direito comum. Inaplicabilidade da Súmula 736/STF. Precedente: RE 438.639/MG, Rel. p/ o acórdão min. CEZAR PELUSO (Pleno) (Ag. Reg. No Recurso Extraordinário 441.038 STF, DJ 08/04/2005, pp 00036).

O Ministro Celso de Mello, relator do recurso, manifestou-se contrário ao provimento do recurso, aduzindo que a decisão questionada não estava em confronto com a orientação jurisprudencial da Suprema Corte, afirmando que a competência é da Justiça comum ainda que o empregador esteja no pólo passivo da lide.

Outro aspecto questionado foi a tradicional distribuição da competência da Justiça comum ao longo do tempo, citando como exemplo as Constituições de 1946 e 1967 e a Emenda Constitucional de 1969, que foram, no seu entendimento, a diretriz seguida pelo Supremo Tribunal Federal para firmar a orientação sumular nesse sentido; aduzindo que permanece inalterado mesmo após a promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004.

Vejamos o texto da Súmula do STF, citada pelo Ministro Celso de Mello:

Compete à Justiça ordinária estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista. (Súmula 501 do STF).

Argumentou que o recurso em análise não traz subsídios suficientes para que se reconhecesse a competência da Justiça do Trabalho, pois o que prevalece para efeito de definição da competência é que o fato gerador do litígio foi um acidente; independente de que tenha ocorrido no ambiente de trabalho e que a lide seja entre empregado e empregador.

Reafirmou seu posicionamento “citando” um trecho do voto proferido pelo Ministro Cezar Peluso, no AI 527.105/SP e reiterado no julgamento plenário do RE 438.639/MG, nos seguintes termos:

... Mas o reconhecimento dessas qualificações jurídicas, ainda que classificadas em ramos normativos diferentes, deve ser dado por um mesmo órgão jurisdicional. Isto é, aquele que julga o fato ou fatos qualificados como acidente ou doença do trabalho deve ter competência para, apreciando-os, qualificá-los, ou não, ainda como ilícito aquiliano típico, para que não haja risco de estimas contraditórias do mesmo fato... (AI 527.105/SP, Rel. min. Cezar Peluso).

Concluiu baseado no julgamento proferido no RE 438.639/MG quando reafirmou a competência da Justiça comum e negou provimento ao recurso extraordinário em análise.

O autor Sebastião Geraldo de Oliveira, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, apresentou um estudo no seminário da Ampliação da Competência – Novos Rumos para a Justiça do Trabalho, realizado pela Amatra, em Belo Horizonte, no mês de março de 2005. Esse texto foi publicado pela Revista do Tribunal Superior do Trabalho, com importante repercussão no mundo jurídico, provocando o novo debate pela suprema corte e posterior mudança de posicionamento.

O autor argumenta que a controvérsia relativa à distribuição da competência para julgar as ações indenizatórias oriundas de acidente de trabalho surgiu com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Para melhor compreensão ele dividiu o tema em períodos de acordo com as previsões legais existentes em cada época. Num primeiro instante encontra-se a regulamentação na Consolidação das Leis do Trabalho, na qual havia a seguinte ressalva:

As questões referentes a acidentes do trabalho continuam sujeitas à justiça ordinária, na forma do Decreto nº 24.637, de 10 de julho de 1934, e legislação subsequente. (Artigo 643, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho).

E no decreto que regulamentava o seguro de acidente de trabalho, expressamente excluía a responsabilidade civil do empregador:

A indenização estatuída pela presente lei exonera o empregador de pagar à vítima, pelo mesmo acidente, qualquer outra indenização de direito comum. (Artigo 12 do Decreto nº 24.637, de 10 de julho de 1934).

O autor adverte que no projeto original da Constituição Federal de 1946 havia a previsão da inclusão da Justiça do Trabalho nos órgãos do Poder Judiciário, bem como, definindo-lhe a competência para julgar as ações advindas de acidente de trabalho, mas posteriormente, tal atribuição foi excluída devido a pressões das companhias seguradoras privadas que temiam essa alteração; portanto foi inserida uma ressalva expressa:

Os dissídios relativos a acidentes do trabalho são de competência da Justiça ordinária. (Artigo 123, § 1º, da Constituição de 1946)

A Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969 seguiram a diretriz anterior, mantendo a ressalva da competência. No entanto, com a promulgação da Carta Magna de 1988 houve supressão da mesma, bem como a indenização que o empregador deve arcar tendo em vista a ocorrência de um

acidente do trabalho foi inserida no rol dos direitos sociais da Constituição, sobreindo a competência da Justiça Obreira.

Argumenta que eventuais prejuízos advindos do acidente do trabalho, devido ao nexa causal, são fruto do chamado “contrato de trabalho”, em que o empregador não cumpriu as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho, que estão previstas no diploma consolidado, não havendo discussão plausível para sustentar a retirada do âmbito da Justiça do Trabalho a não ser o “apego às construções jurídicas do passado” (Oliveira, 2005, p. 152).

Noutro plano de discussão encontramos o artigo 109, I, da Constituição Federal, que trata de uma exclusão da regra geral da qual faz parte a Justiça comum (competência residual), pois a regra geral de competência é destinada às Justiças Especiais, concluindo que o entendimento hodierno é justamente o inverso do que se pode observar da distribuição legal das competências privilegiando a exceção em detrimento da regra abrangente .

Argumenta, ainda, que a previsão contida na legislação previdenciária aborda apenas a competência para julgar as ações acidentárias em face do Instituto Nacional da Previdência Social.

Já a Justiça do Trabalho detém a competência para julgar as ações que digam respeito ao cumprimento das normas de segurança, higiene e segurança do trabalho. No entanto, se esse mesmo descumprimento desse origem a um acidente, a Justiça do Trabalho deixaria de ser competente.

Declara, por fim, que com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004 deveria ter solucionado definitivamente essa controvérsia, tendo em vista a previsão contida no inciso VI, do artigo 114 da Constituição Federal.

Na decisão do conflito de competência 7.204-1, no dia vinte e nove de junho de dois mil e cinco, o tribunal pleno do Supremo Tribunal Federal reexaminou a matéria e concluiu pela competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações oriundas de acidente de trabalho, destacando os motivos que os levaram a tal modificação.

Vejamos a ementa desse recurso:

CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA JUDICANTE EM RAZÃO DA MATÉRIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO, PROPOSTA PELO EMPREGADO EM FACE DE SEU (EX) EMPREGADOR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 114 DA MAGNA CARTA. REDAÇÃO ANTERIOR E POSTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04. EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PROCESSOS EM CURSO NA JUSTIÇA COMUM DOS ESTADOS. IMPERATIVO DE POLÍTICA JUDICIÁRIA. (Conflito de Competência 7.204-1, Minas Gerais, STF, DJ 09/12/2005 pp. 00005).

O Ministro Carlos Ayres de Britto, relator do acórdão em análise, esclareceu que a discussão versa sobre conflito negativo de competência, suscitado pelo Tribunal Superior do Trabalho, acerca das ações que envolvem danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho, quando as partes litigantes são o empregado e o empregador.

Cumprе enfatizar que a opinião do Ministério Público Federal foi no sentido de se declarar a competência da Justiça comum, dizendo que a situação permanecia inalterada, mesmo após a Emenda Constitucional n. 45/2004.

Consta no citado acórdão que a determinação da competência da Justiça comum para julgar ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho era resultado da interpretação da redação original do artigo 114 da Constituição Federal que levava a essa interpretação e devido à influência exercida pelas redações das constituições anteriores.

Os efeitos dessa modificação de posicionamento são de importância crucial pois foi determinado que até mesmo os processos que ainda estivessem em trâmite na Justiça comum, porém, pendentes de julgamento de mérito, deveriam ser encaminhados para a Justiça do Trabalho.

O Ministro Carlos Ayres de Britto, ao proferir o seu voto, esclareceu que de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Justiça do Trabalho é competente para conhecer as ações de indenização por danos morais decorrentes da relação de emprego, independente de que a análise verse sobre direito comum ou trabalhista. No entanto, deve-se excluir da competência dessa especializada quando o fator que motivou a lide tenha sido um acidente de trabalho, e, ainda que os sujeitos envolvidos sejam o empregado e o empregador. Ressaltou que tal posicionamento justifica-se em virtude da previsão existente no inciso I do artigo 109 da Constituição Federal.

Nessa perspectiva foi proferido o mencionado julgamento do RE 438.639 pelo Supremo Tribunal Federal no dia 09/03/2005, e, que não obstante tenha se declarado vencido, o Ministro Carlos Ayres de Britto levou o tema para ser discutido, novamente, no plenário por entender que o artigo supracitado não leva à conclusão acima exposta.

Ao proferir sua análise destacou a distinção a ser feita de que a primeira parte do inciso I do artigo 109 aborda a regra geral de distribuição da competência, quando faz referência à Justiça Federal e, na segunda parte do citado inciso, traz a previsão da exceção, pois indica que o órgão julgador para as ações acidentárias, quando a União for parte, deverá ser a Justiça comum.

Dando continuidade ao raciocínio, disse que as ações de indenização por danos oriundos de acidente de trabalho, em que as partes envolvidas são o

empregado e o empregador, não faz parte da regra geral nem da exceção do artigo 109 e, se essa fosse a vontade do legislador, teria feito de forma expressa junto das previsões da competência da Justiça do Trabalho no artigo 114 da Constituição Federal.

Vejamos uma citação desse trecho, *in verbis*:

Deveras, se a vontade objetiva do Magno Texto fosse excluir da competência da Justiça do Trabalho matéria ontologicamente afeita a ela, Justiça Obreira, certamente que o faria no próprio âmbito do art. 114. Jamais no contexto do art. 109, versante, este último, sobre a competência de uma outra categoria de juízes. (Voto do Ministro Carlos Ayres de Brito, CC 7204/MG, DJ 09/12/2005 pp. 00005).

Afirma que a promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004 reflete uma confirmação desse posicionamento, ressaltando que essa indenização está inserida nos direitos trabalhistas previstos no artigo 7º da Constituição Federal, sendo que daí deveria projetar a competência da Justiça do Trabalho.

Vejamos outro trecho:

Nesse rumo de idéias, renove-se a proposição de que a nova redação do art. 114 da *Lex Máxima* só veio aclarar, expletivamente, a interpretação aqui perfilhada. (...) , agora é confirmativamente competente para processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho (inciso VI do art. 114). (Voto do ministro Carlos Ayres de Brito CC 72.4/MG, DJ 09/12/2005 pp. 00005).

O Ministro Cezar Peluso, proferiu voto fazendo algumas considerações sobre o seu posicionamento no RE 438.639/MG afirmando que foi baseado no princípio da unidade de convicção e que não foi alterado, tendo em vista a

necessidade de se evitar decisões conflitantes em causas que tenham a mesma origem histórica.

Declarou-se convencido quanto às considerações feitas pelo relator e com o mesmo fundamento anterior, de que todas as ações decorrentes de relação de trabalho devam ser da competência da Justiça do Trabalho.

Trouxe a análise de que o fator preponderante que justifica a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de excluir as indenizações de danos morais e patrimoniais advindos de acidentes de trabalho da competência da Justiça do Trabalho, não foi a interpretação histórica mas a hermenêutica, extraída do artigo 109, caput, da Constituição Federal.

Enfatizou que, nos últimos anos, houve um sensível aumento dos órgãos da Justiça do Trabalho acarretando nova realidade, inclusive já tendo competência para outras ações em que se discute a segurança do trabalho.

Vejamos um trecho do voto:

Mas, de lá para cá, a evolução da legislação acidentária, sobretudo com a equiparação dos valores dos benefícios acidentários e previdenciários, e a disseminação dos órgãos da Justiça trabalhista, competentes para tantas outras causas ligadas à própria segurança do trabalho, desenharam nova realidade judiciária, que as próprias exigências da unidade de convicção e da especialização de conhecimentos não poderiam deixar de considerar nas perspectivas da revisão daquela exceção constitucional. (Voto do ministro Celso Peluso, CC 7204/MG, DJ 09/12/2005 pp. 00005).

Argumentou que com a nova redação do artigo 114 da Constituição Federal, o artigo 109, caput, deve ser compreendido no sentido de que as ações de acidente de trabalho não devem fazer parte da competência da Justiça Federal, devendo, para tanto, buscar as previsões contidas no artigo 114, chegando à conclusão de que dessa forma restaria garantida a unidade de convicção e

respeitada a especialização e a funcionalidade da Justiça obreira, pouco importando o direito a ser aplicado, se trabalhista ou civil.

O Ministro Sepúlveda Pertence fez o seguinte comentário:

Acontece que essa interpretação era tipicamente o que Barbosa Moreira chama de “interpretação retrospectiva”, que não observou que, quando se firmou, por exemplo, a Súmula nº 235, não havia apenas a regra excludente da competência da Justiça Federal, mas, também, o art. 123 da Constituição de 1946, o art. 134, § 2º da Constituição de 1967, e o art. 142, § 2º da Carta de 1969, isto é, havia também uma outra norma excludente, no capítulo da Justiça do Trabalho, para deixar explícito que a ela não competiria, mas, sim, à Justiça comum dos Estados e do Distrito Federal o julgamento das ações de acidente de trabalho.

Só por isso é que, na verdade, na minha linha de convicção, estamos sendo obrigados a dizer que as ações acidentárias comuns já eram sob a Constituição vigente, da competência da Justiça do Trabalho. No entanto, persisto na opinião de que, na instância extraordinária, só a partir de agora devemos aplicar esse entendimento aos casos novos” (CC 7.204/MG – STF, DJ 09/12/2005 pp. 00005).

Ao final de vários debates os ministros do Supremo Tribunal Federal definiram, por unanimidade, que a competência para julgar as ações de indenização por danos materiais e morais oriundas de acidente de trabalho é da Justiça do Trabalho, estabelecendo como marco temporal, a Emenda Constitucional n. 45/2004.

CONCLUSÃO

A definição da competência para julgar as ações de indenização por dano material e/ou moral oriundas de acidente de trabalho dá margem a controvérsias desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, pois foi retirada a ressalva, então existente, que excluía expressamente a Justiça do Trabalho para processar e julgar tais ações.

Em meio a vários problemas que surgem dessa indefinição está o trabalhador, parte prejudicada, pois sofreu um acidente em seu ambiente de trabalho, que pode lhe acarretar a impossibilidade ou ter diminuída a sua capacidade laborativa, para promover o sustento da família.

Não podemos deixar essa hipótese grotesca sem a devida solução, pois o caso requer máxima urgência, tendo em vista que se trata, não esqueçamos, do hipossuficiente, que talvez esteja sendo levado a situações vexatórias em seu dia-a-dia por não ter o mínimo suficiente para uma vida digna.

Outro fator de grande importância é a de que o empregador pode estar se beneficiando dessa demora, pois não repara em tempo oportuno o que pode ter sido uma situação que ele deu causa em razão de não cumprido, adequadamente, as normas de segurança e higiene do trabalho.

Numa sociedade capitalista, tal qual vivemos, o que é tido como valioso é justamente o trabalhador que produz muito e que não traz problemas para o empregador, e principalmente, não lhe cause qualquer meio de diminuir o lucro arrecadado no final do mês.

O mundo globalizado tem incentivado o aumento da competitividade entre as empresas não somente dentro do próprio país, mas sobretudo entre os

países formadores do atual mercado mundial; assim temos a banalização da vida por meio do desrespeito das normas de segurança do trabalho, por serem consideradas de menor importância, pois o trabalhador ainda não tem o reconhecimento devido pela maioria das empresas.

Nas Constituições de 1946 e 1964, havia previsão de que a competência era da Justiça comum, e isso ocorreu devido a pressões das seguradoras privadas que tinham medo do rigor que a Justiça do Trabalho poderia imprimir-lhes, por ter característica eminentemente protetiva ao trabalhador.

Conseqüentemente, nos primórdios da divisão dessa competência ficou expressamente previsto que ficaria a cargo da Justiça Estadual, existindo ressalva que de tais tipos de ações não fariam parte das lides a serem julgadas pela Justiça do Trabalho.

Com a promulgação da Constituição de 1988, a situação foi modificada, pois a ressalva então existente foi retirada, e mais, não há previsão expressa de quem seria a competência. No entanto, baseado na exceção prevista no inciso I do artigo 109, os tribunais superiores interpretaram de forma extensiva: que além das ações tipicamente acidentárias em que uma das partes é a autarquia federal, e também naquelas em que uma das partes é o empregador, ambas, deveriam ser apreciadas pela Justiça comum.

Vários argumentos foram abordados, porém nenhum deles com a consistência devida para afastar a competência até então retirada da Justiça Laboral. Podemos citar alguns, como o entrave que o Superior Tribunal de Justiça julgava como impeditivo a essa distribuição de julgamentos, assentado no fato de que o direito que deveria ser analisado para avaliar tal responsabilidade indenizatória adviria do direito comum e não do trabalhista, esquecendo da

responsabilidade que o Juiz do Trabalho freqüentemente utiliza o tal diploma jurídico, e mais, essa previsão está expressa no parágrafo único do artigo 8º do diploma consolidado quando diz de forma objetiva que o direito civil é fonte subsidiária do direito do trabalho.

Outro óbice que era utilizado como justificativa nas decisões, até então proferidas, era a necessidade de unidade de convicção, pois segundo o entendimento majoritário na alta corte jurídica da República brasileira, se as ações fossem julgadas por órgãos distintos, poderia dar vazão a decisões diferentes o que acarretaria o descrédito do Poder Judiciário frente à população. Ora, tal argumento não tem sustentação suficiente pois entre a ação acidentária e ação indenizatória advinda de acidente de trabalho não existe correlação. Embora tenham se originado de um mesmo fato histórico, são independentes. A ação acidentária em face do INSS não analisa se houve culpa do empregador, pois verificará tão somente a existência do acidente de trabalho e se ele reúne as condições para receber o benefício previdenciário. A ação indenizatória de danos materiais e/ou morais decorrentes de acidente de trabalho analisará se há nexos causal entre o acidente e a conduta do empregador, e se esse incorreu em descumprimento das normas de segurança e higiene do trabalho.

Com o advento da Emenda Constitucional n. 45/2004, os estudiosos do direito, compreenderam que esse problema havia sido resolvido em decorrência do aumento da competência da Justiça do Trabalho. A surpresa, no entanto, veio no primeiro julgamento proferido no plenário do Supremo Tribunal Federal, quando os ministros decidiram que deveria ficar nos mesmos moldes anteriores e que a citada emenda em nada interferia na distribuição da competência para julgar as ações de indenização por danos materiais e morais advindos de acidente de trabalho.

Essa decisão repercutiu no mundo jurídico, surgindo opiniões divergentes. Devido à relevância e mesmo a interferência de um juiz trabalhista, como “amicus curae”, defendendo a competência da Justiça da qual faz parte, analisou os argumentos outrora citados, fato que levou o plenário do Supremo Tribunal Federal a rediscutir o tema três meses após a decisão anterior.

Nesse contexto a visão acerca do assunto foi modificada a partir da valorização de tudo o que foi expresso até aqui e mesmo a valorização de dados estatísticos verificando-se que a Justiça do Trabalho está suficientemente estruturada e preparada para receber essas ações.

Vozes de doutrinadores importantes do meio jurídico clamaram por mudanças, alertando quanto ao erro que estava sendo cometido, dizendo que deveria ser revisto o posicionamento, porquanto equivocado.

A interpretação baseada em previsões legislativas ultrapassadas foi mantida e o jurisdicionado estava a espera de uma solução para o litígio que permanecia sobrestado na definição do juízo competente para aplicar o direito ao caso concreto e entregar-lhe a prestação jurisdicional devida.

O Poder Judiciário foi sendo desprestigiado diante da demora que essa situação infringia ao processo e o seu dever maior de segurança dos julgados foi prejudicado.

A legislação não pode ser interpretada de forma estanque, sem observar a evolução da sociedade em que se insere, pois no mundo em que vivemos, globalizado, as mudanças ocorrem mais rápido; e a legislação trabalhista, em particular deve acompanhar essas alterações e esse foi o sentido da ampliação da competência da Justiça do Trabalho empreendida com a edição da Emenda Constitucional nº 45/2004, que teve como objetivo propiciar que o Estado profira

sentenças céleres alcançando o ideal de justiça; comezinhas disputas de competência não se amoldam a essa perspectiva.

Hoje, depois de tantos conflitos negativos e positivos de competência, acreditamos que esteja, por fim, superada essa questão tendo em vista a revisão de posicionamento empreendida pelo Supremo Tribunal Federal.

A sociedade brasileira com certeza esperava essa atitude do Poder Judiciário brasileiro e agradece, quando os trabalhadores vitimados por acidentes causados por descuido de seus empregadores, recebem a devida prestação jurisdicional que merecem.

BIBLIOGRAFIA

Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 441.038-9. Minas Gerais. Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (inteiro teor)

ALVIM, E. A; NEVES, F.C. Q.. A competência da Justiça do Trabalho e as ações indenizatórias por acidente de trabalho, à luz da emenda constitucional 45/04. In: SILVA, B. F e; MAZZEI, R. (coords.). *Reforma do Judiciário. Análise Interdisciplinar e Estrutural do Primeiro Ano de Vigência*. Curitiba. Juruá. 2006. pp. 77/91.

BORGES, Daniel Nunes Garcez. *A competência para as ações oriundas de acidente de trabalho: o enfoque da hermenêutica constitucional*. Disponível em Jus Navegandi <<http://jus2.uol.com.br>>. Acesso em: 27 fev. 2006.

CAIXETA, Sebastião Vieira. *Competência para julgar ações decorrentes de acidente de trabalho*. São Paulo, LTR, ANO 69, p. 785, julho. 2005.

CARMO, Júlio Bernardo do Carmo. *Competência absoluta ou condicionada*. Disponível em: <<http://www.anamatra.org.br>> , acesso: em 03 mar. 2006.

CARMO, Júlio Bernardo do. *Competência absoluta ou condicionada*. ANAMATRA. Disponível em: <<http://www.anamatra.org.br>>. Acesso: em 03 mar. 2006.

CASTRO, Araújo. *A Constituição de 1937*. Coleção História Constitucional Brasileira. Senado Federal. Conselho Editorial. 2003. pp. VII e VIII.

CAVALCANTI, Vanuza e Antonio Becker. *Constituições Brasileiras de 1824 a 1988*. Volume I (1824 a 1969). Editora Letra Legal. 2004. p. 242 (artigo 142).

Conflito de Competência 7.204-1. Minas Gerais. Supremo Tribunal Federal (inteiro teor)

DELMANTO, Celso. *Código Penal Comentado*. Editora Renovar. 1991. p. 227 (artigo 132).

FERNANDES, Aníbal. *Os acidentes do trabalho*. Do sacrifício do trabalho à prevenção e à reparação. São Paulo. LTR.2003.

FONSECA, Rodrigo Dias. *Danos morais e materiais e acidente de trabalho – Competência da Justiça do Trabalho à luz da Emenda Constitucional n. 45/2004*. São Paulo, LTR, ANO 69, pp. 670-682, junho. 2005.

HASSON, Roland. *Acidente de trabalho & competência, conseqüências na sucessão das normas no tempo*. Curitiba. Juruá. 2005.

JÚNIOR, Ézio Martins Cabral. *Acidente do Trabalho e contrato a termo*. São Paulo. LTR. 2003.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Legislação Previdenciária*. São Paulo Atlas. 2004.

MATOS, Enéas de Oliveira. *Competência para julgar ações de acidente de trabalho: entendimento do STF pela definição da competência da Justiça do Trabalho e entendimento do STJ sobre o momento de aplicação dessa competência*. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br>>. Acesso: em 03 mar. 2006.

MELHADO, Reginaldo. Unidade de convicção e acidente do trabalho. São Paulo, *LTR*, ANO 69, pp. 333-335, março. 2005.

OLIVEIRA, Dalva Amélia de, *Reformas. A Atualização da Legislação Trabalhista e os Direitos Fundamentais no Trabalho, segundo a Declaração de Princípios da OIT*. São Paulo. LTR. 2004.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Competência para julgar as indenizações por acidente do trabalho após a EC 45/04. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho. Edição Especial sobre a Competência Material da Justiça do Trabalho – EC 45/2004*. Brasília, volume 71. pp. 150/159. janeiro/abril. 2005.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional*. São Paulo. LTR. 2005.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Proteção jurídica à saúde do trabalhador*. São Paulo. LTR. 2002.

PIMENTEL, Celso José. O STF, súmula 736 e, de novo, a competência para a demanda de acidente ou doença do trabalho fundada no direito comum. Disponível em: <<http://www.stac.sp.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2006.

PINTO, José Augusto Rodrigues. O desconfortável enigma da competência em acidente de trabalho. São Paulo, *LTR*, ANO 69, pp. 779-784, julho. 2005.
Recurso Extraordinário 394.943-8. São Paulo. Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (inteiro teor)

SANTOS, Telmo Aristides dos Santos. *A responsabilidade civil do empregador*. Disponível em: <<http://crisdireitomarinho.vilabol.uol.com.br>>. Acesso em 27 fev. 2006.

Yuh Yu, Juang. *Ação Acidentária. Atlas*. São Paulo. 1999. pp. 11/44.